



Leia neste número:

UGT discute desafios do novo cenário 01

Mulheres se unem contra reforma 02

Centrais unidas contra Reformas 02

Enfrentando as Multinacionais 03

Seis = Cem Milhões? 03

Chiquinho Pereira reeleito no Sindicato dos Padeiros 04

UGT-RJ contra a intolerância religiosa 04

Minas terá Fórum de Defesa do Trabalho 04

O Futuro do Trabalho no Brasil 04

UGT discute desafios do novo cenário trabalhista

Diante do cenário que se avizinha no próximo dia 11 de novembro, quando entra em vigor a nova legislação trabalhista, **presidentes das estaduais da UGT** se reuniram em busca de alternativas para enfrentar essa realidade. Uma das características desta reforma é a de aumentar ainda mais o desequilíbrio de forças na relação Capital x Trabalho através do desmonte da CLT. Como se não bastasse isso, outro duro golpe aplicado nesta reforma se refere ao custeio das entidades sindicais, com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, recurso que assegura o funcionamento de grande parte da estrutura dos sindicatos.

Durante a abertura do encontro o **presidente nacional da UGT, Ricardo Patah**, reforçou a gravidade da situação. "Esse não é o caso apenas da nossa central, mas do movimento sindical como um todo, que nunca passou por um momento tão grave como este que estamos vivendo". Apesar destas dificuldades o presidente lembrou que a UGT vem buscando alternativas para viabilizar as ações das entidades sindicais e minimizar o retrocesso promovido pela nova legislação.



A central tem protagonizado encontros com autoridades do Executivo, entre as quais o presidente Michel Temer que se comprometeu com a edição de uma Medida Provisória afim de corrigir as distorções da legislação. Os encontros se estendem também às autoridades do Legislativo, visando a construção de um acordo que minimize as perdas trabalhistas.

Entre os pontos que a UGT defende que sejam incluídos na MP estão o veto ao trabalho de mulheres grávidas em ambientes insalubres; mudanças nas regras para o trabalho intermitente — que como foi aprovado "é análogo ao trabalho escravo" —; as novas regras para eleição de representantes de trabalhadores em empresas com mais de 200 empregados, que excluem os sindicatos do processo; revisão da medida que estabelece o fim da homologação das demissões pelos sindicatos; revogação do artigo que permite a negociação individual entre empresas e empregados; a transformação do imposto sindical em contribuição que o trabalhador pode optar em pagar ou não.

Um dos consensos durante o encontro entre os presidentes das estaduais, foi a necessidade de fortalecimento da bancada dos trabalhadores junto ao Congresso Nacional e da necessidade de eleger parlamentares verdadeiramente comprometidos com a classe trabalhadora.

IAE apresenta proposta

Durante o encontro, a economista **Helen Silvestre Fernandes** do IAE/UGT (**Instituto de Altos Estudos da UGT**) apresentou uma proposta com base em dados do PNAD/2015 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que aponta para uma forte desarticulação da representação dos trabalhadores.

Segundo a pesquisa em 2015 dos 94,4 milhões de trabalhadores, apenas 18,4 milhões (19,5%) eram sindicalizados. Apesar disso, os números apontam que o número de sindicalizados cresceu 11,4% no de 2015 em relação à 2014. O IAE sugeriu a ação em duas frentes. Uma delas consiste na atuação junto às bases trabalhando na formatação das negociações e outra frente consiste na atuação parlamentar, através da formulação de propostas e organização de uma presença mais efetiva no Congresso Nacional.



UGT nos seus dez anos de luta

Mulheres se unem contra reforma previdenciária

Em defesa da aposentadoria e por nenhum direito a menos: estes foram os motes da manifestação organizada pelo **Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais** e seus sindicatos filiados, na terça-feira, 26, em frente ao INSS, no Centro de São Paulo, e também em Brasília.

Com apoio de movimentos sociais, o ato teve como objetivo denunciar e dialogar com a população sobre os impactos para as mulheres caso seja aprovada a reforma da Previdência proposta pelo governo Temer.

“As mulheres da **União Geral dos Trabalhadores**, em nível nacional, e das demais centrais sindicais organizaram essa manifestação para dizer que não vão aceitar nenhuma retirada de direito. Seja direito à aposentadoria, sejam direitos trabalhistas conquistados e garantidos. A Constituição é nosso maior argumento contra qualquer tipo de retrocesso”, disse **Cassia Bufelli**, secretária adjunta da Mulher da UGT.



Atualmente, é possível se aposentar por tempo de contribuição – mulheres precisam ter 30 anos de contribuição para o INSS, não há idade mínima; homens precisam ter 35 anos de contribuição e também não há idade mínima – ou por idade – mínimo 60 anos para mulheres e 65 para homens, com pelo menos 15 anos de contribuição.

Se aprovada a reforma da Previdência, as mulheres precisarão ter 62 anos de idade e, no mínimo, 25 anos de contribuição para conseguir se aposentar. Os homens deverão ter 65 anos e, no mínimo, 25 de contribuição também.

“Nós defendemos que nosso direito tem que ser garantido em patamar de igualdade, e não de retrocesso. O maior prejuízo para a mulher trabalhadora na reforma da Previdência é a exigência de uma idade maior e de tempo de serviço maior. Quando as regras foram criadas, foi pensado que havia uma diferença entre a mulher e o homem no mercado de trabalho. Hoje, ainda não alcançamos a igualdade, mas querem igualar o acesso à aposentadoria”, explicou Cassia.

Também presente à manifestação da capital paulista, **Isabel Kausz, secretária da Mulher do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo**, entidade filiada à UGT, reforçou a luta: “Fizeram uma reforma trabalhista sem levar em conta os trabalhadores. Sem se preocupar, por exemplo, com a mulher grávida trabalhando em local insalubre. Agora, querem fazer uma reforma previdenciária, mais uma vez, sem pensar no cidadão e, principalmente, nas mulheres, porque estas não vão conseguir se aposentar. Não vamos deixar. Estamos unidas para lutar contra o desmonte de direitos”.

Centrais unidas contra Reformas

Centrais discutem ação unitária contra Projeto de Reforma da Previdência

Reunidos na tarde desta segunda-feira (25), na sede da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em São Paulo, dirigentes das centrais sindicais União Geral dos Trabalhadores, (UGT), CTB, Força Sindical e Nova Central (NCST) discutiram a elaboração de uma pauta única de mobilizações para denunciar as consequências da Lei Trabalhista, que entrará em vigor no dia 11 de novembro e os prejuízos que ela trará aos trabalhadores. Durante os debates, também ficou acertado que as centrais irão realizar uma grande mobilização no sentido de evitar que o projeto de Reforma da Previdência seja aprovado pelo Congresso como foi encaminhado pelo Governo.

Durante a reunião, que contou com a presença do presidente do Dieese, foi discutida a necessidade de se encontrar uma maneira de apoiar o órgão na reestruturação que está sendo implantada, em face da nova realidade econômica do país.

Os sindicalistas também aprovaram a realização de um encontro nacional do setor de transporte público, com o objetivo de organizar as ações de forma unitária, isso porque de acordo com os sindicalistas, esse é um dos mais importantes e estratégicos ramos de atividade profissional do País.

Ao final da reunião os dirigentes das centrais aprovaram a realização de uma nova reunião a ser realizada na segunda-feira (2), às 8h30h, na sede da Força Sindical, em São Paulo, quando serão definidas as ações unitária das centrais.



Enfrentando as Multinacionais

CSA estuda ações para defesa dos trabalhadores das multinacionais

A **Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA)** realizou, entre os dias 25 e 27 de setembro, em São Paulo, o encontro intitulado "Estratégias de ações sindicais frente as empresas multinacionais e as cadeias globais de produção".

O encontro reuniu dirigentes sindicais de cinco países da América latina e central que, durante o evento puderam compartilhar experiências e traçar planos para o fortalecimento das entidades sindicais que enfrentam essas grandes corporações que, no anseio de aumentar sua lucratividade por meio de mão de obra barata, instalam-se nos países pobres ou em desenvolvimento e ferem princípios como os de trabalho decente, não respeitam leis ambientais e promovem evasão de divisas.

"Falar de multinacionais é complexo, pois são empresas que detêm um capital financeiro que muitas vezes supera o PIB de países inteiros, têm influência política extremamente forte a ponto de mudar leis para que lhes favoreça e detêm um sistema de comunicação de massa capaz de mudar a cultura de muitas regiões", explica Josimar Andrade, diretor do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo.

O diretor enfatizou a luta do Sindicato contra as multinacionais Zara, flagrada com trabalho análogo a escravidão na confecção das roupas vendidas pela empresa; Carrefour por prática antissindical; e Walmart, para respeitar as leis trabalhistas do Brasil. "É uma luta árdua e ininterrupta, pois essas empresas se instalam em determinada região com o discurso de geração de emprego, em contrapartida pagam baixos salários, sonegam ou recebem isenção de impostos, o que lesa a união", diz Josimar.

O evento contou com a participação de representantes sindicais da Argentina, Brasil, Costa Rica, El Salvador e Panamá.



Seis = Cem Milhões ?

Desigualdade: seis brasileiros acumulam riqueza igual a metade da população mais pobre

Mantida a tendência, **mulheres ganharão o mesmo salário que homens em 2047 e negros terão equiparação de renda com brancos somente em 2089.**



Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) são as seis pessoas mais ricas do Brasil. Eles concentram, juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, ou seja, a metade da população brasileira (207,7 milhões).

Estes seis bilionários, se gastassem um milhão de reais por dia, juntos, levariam 36 anos para esgotar o equivalente ao seu patrimônio. Foi o que revelou um estudo sobre desigualdade social realizado pela **Oxfam**.

O levantamento também revelou que os **5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95% da população**. Além disso, mostra que os super ricos (0,1% da população brasileira hoje) ganham em um mês o mesmo que uma pessoa que recebe um salário mínimo (937 reais) - cerca de 23% da população brasileira - ganharia trabalhando por 19 anos seguidos. Os dados também apontaram para a desigualdade de gênero e raça: mantida a tendência dos últimos 20 anos, mulheres ganharão o mesmo salário que homens em 2047, enquanto negros terão equiparação de renda com brancos somente em 2089.

Segundo Katia Maia, diretora executiva da Oxfam e coordenadora da pesquisa, o Brasil chegou a avançar rumo à correção da desigualdade nos últimos anos, por meio de programas sociais como o Bolsa Família, mas ainda está muito distante de ser um país que enfrenta a desigualdade como prioridade. Além disso, de acordo com ela, somente aumentar a inclusão dos mais pobres não resolve o problema. "Na base da pirâmide houve inclusão nos últimos anos, mas a questão é o topo", diz. "Ampliar a base é importante, mas existe um limite. E se você não redistribui o que tem no topo, chega um momento em que não tem como ampliar a base", explica.



OXFAM: A distancia que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras

Chiquinho Pereira reeleito no Sindicato dos Padeiros

Nova diretoria do Sindicato dos Padeiros de SP é eleita com 97% dos votos

Depois de cinco dias de votação, a categoria dos padeiros, confeiteiros e balconistas elegeu a nova diretoria dos **Sindicato dos Padeiros de São Paulo**, entidade filiada a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, para gestão 2017 a 2021, com 11.587 votos, garantindo 97% dos votos dos associados que compareceram as urnas. Foram 260 votos brancos e 60 nulos, em um total de 11.907 votos.

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), falou do papel fundamental que o **Sindicato dos Padeiros** tem jogado, na pessoa de **Chiquinho Pereira**, na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, na defesa dos interesses do Brasil e na construção e crescimento da UGT.



Chiquinho Pereira, ao agradecer a colaboração dos sindicatos irmãos disse que "apesar da ofensiva dos patrões e dos governos, em tentar retirar nossos direitos e conquistas, de tentar quebrar os sindicatos que lutam por melhorias para as suas categorias, nós resistiremos e lutaremos até o fim, em busca de dias melhores para os trabalhadores e suas famílias." Finaliza o sindicalista.

UGT-RJ participa de ato contra a intolerância religiosa

Neste último domingo, 17, a **União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT-RJ)**, representada pela **Secretaria da Diversidade Humana**, participou da 10ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa.



Em entrevistas concedidas à imprensa, o interlocutor da **Comissão de Combate à Intolerância do Rio de Janeiro (CCIR)**, Ivanir dos Santos, afirmou que o ato, realizado em Copacabana, Zona Sul, teve como objetivo chamar a atenção da sociedade e autoridades para a urgente necessidade da implementação de políticas públicas que visem coibir a violência sofrida por integrantes de religiões de matrizes africanas e afro brasileira.

Segundo, ainda, a CCIR, o estado do Rio ocupa, hoje, o primeiro lugar em casos de intolerância religiosa no Brasil com notícias de dezenas de casos de violência física aos adeptos e simpatizantes de tais religiões, bem como casos de arrombamentos, nos últimos meses. (UGT RJ)

Minas Gerais terá Fórum de Defesa do Direito do Trabalho

Em reunião nesta terça-feira, 19, o Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (MPT) e sete centrais sindicais - CUT, CTB, UGT, CSP-CONLUTAS, NCST, CGTB e CSB - criaram o Fórum Estadual Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FESIDS), para acompanhar os desdobramentos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) no estado.

"Articuladas, as instituições vão aprimorar suas teses e ampliar o horizonte de informações e dados, para enfrentar um cenário que ainda não está concretamente delineado, mas que, certamente, demandará um olhar muito atento às relações de trabalho, para que possamos prevenir e combater eventuais situações de precarização, fraude e redução de direitos do trabalho", avalia a procuradora-chefe do MPT em Minas, Adriana Souza.

O Futuro do Trabalho no Brasil

Fruto dos trabalhos do instituto de Altos Estudos da UGT, este texto é uma tentativa de antecipar o que ocorrerá nos próximos quinze anos e como a **UGT – União Geral dos Trabalhadores** – e os demais sindicatos podem contribuir para o bem-estar e a prosperidade do País, tendo como público-alvo os seus membros.

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos



O Futuro do
Trabalho no
Brasil